

Porto Gonçalves acha que novo plano acaba com fase de pacote econômico

Pela primeira vez, nos últimos dois anos, se produz um plano factível, que dá diretrizes para uma política econômica de longo prazo e que tem a coerência como principal qualidade. Esta é a avaliação do Plano de Controle Macroeconômico, feita pelo economista Antônio Carlos Porto Gonçalves, Diretor da revista "Economic Forecast". A seu ver, a divulgação do Plano representa o fim da política de pacotes econômicos que vem sendo adotada nos últimos dois anos.

Por ser um conjunto de medidas que fixam os objetivos da política econômica para os próximos quatro anos, afirma, dá uma orientação aos empresários sobre as intenções do Governo, o que propiciará uma maior tranquilidade na decisão de investir. Porto Gonçalves tem dúvidas, no entanto, se as medidas serão executadas, ou se as pressões políticas não permitirão que sejam levadas à frente.

O economista lembra que o PMDB está elaborando um plano alternativo, a ser apresentado durante a Convenção do Partido, no próximo fim de semana, e disse temer que acabe

havendo uma mistura de medidas dos dois planos, destruindo, assim, a coerência do Plano de Controle Macroeconômico.

Porto Gonçalves destacou como ponto importante, no Plano do Governo, a abordagem dada à política de exportações:

"O Brasil precisa ser independente e para isso é fundamental ter dinheiro no bolso na hora de negociar com os credores externos. Tem mesmo que exportar mais e, para isso, ter uma política cambial realista".

Quanto aos salários, o economista acredita que a fórmula adotada, de aumentar o ganho real do salário-mínimo com certa velocidade e, por outro lado, promover uma proteção parcial dos demais salários, mas deixando uma margem para negociação entre patrões e empregados, é uma forma de garantir maiores ganhos numa conjuntura favorável e de frear o desemprego numa conjuntura desfavorável.

Uma das medidas que deveriam ter sido adotadas há muito tempo, mas sempre foi adiada — disse — é a mudança na qualidade dos gastos do Governo.